

NOVOS ABOLICIONISMOS NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA

Isabelita Maria Crosariol (isabelitacrosariol@yahoo.com.br)
Universidade de Taubaté (UNITAU)
São Paulo, Brasil

Resumo: O artigo investiga o modo como as narrativas contemporâneas *A vida dos animais*, de J. M. Coetzee, *Aqui dentro há um longe imenso*, do grupo Osseis de PoA, e *Humana festa*, de Regina Rheda, elegendo como protagonistas personagens motivados pelos ideais de abolição animal, chamam a atenção para formas de escravidão distintas das comumente abordadas em textos literários. Tais obras partem da premissa de que o discurso especista, ao considerar o animal humano superior aos outros animais, revela-se tão segregador quanto os discursos racistas e sexistas. Isso porque naturaliza a percepção dos indivíduos não humanos como inferiores e, portanto, seres passíveis de serem tratados como propriedade.

Abstract: This essay investigates how the contemporary narratives *The Lives of Animals*, by J. M. Coetzee, *Aqui dentro há um longe imenso*, by the Osseis de PoA group, and *Humana festa*, by Regina Rheda, choosing as protagonists characters motivated by animal abolitionist thoughts, call attention to slavery forms different from those usually found in literary texts. These three works emphasize that speciesist discourse, by considering the human animal superior to other animals, becomes as segregating as racist and sexist discourses. This happens because speciesist discourse naturalizes the perception of non-human individuals as inferior and, thus, regards them as beings prone to be used as property.

Palavras-chave: Abolição animal. Especismo. Vegetarianismo. Veganismo. Literatura contemporânea.

Keywords: Animal abolition. Speciesism. Vegetarianism. Veganism. Contemporary literature.

Os animais do mundo existem para seus próprios propósitos. Não foram feitos para os seres humanos, do mesmo modo que os negros não foram feitos para os brancos, nem as mulheres para os homens.

Alice Walker

A citação de Alice Walker, com a qual inicio este artigo, alude a algumas das premissas verificadas em obras da literatura contemporânea como o romance *A vida dos animais* (do premiado autor sul-africano John Maxwell Coetzee), o livro infanto-juvenil *Aqui dentro há um longe imenso* (do grupo de autores brasileiros intitulado Osseis de PoA) e o romance *Humana festa* (da brasileira Regina Rheda), ou seja, de que o estabelecimento de hierarquias e de estratégias de dominação a partir de critérios como **raça**, **gênero** e **espécie** deve ser combatido. Tais hierarquias só existem de fato porque foram discursivamente criadas e, sendo reiteradas por meio de discursos e de práticas sociais, acabaram assumindo valor de **verdade**.

O **ser negro**, por exemplo, da mesma forma que o **ser índio**, é uma invenção discursiva. Antes da efetiva colonização dos continentes africano e americano, os nativos não se reconheciam a partir dessas nomenclaturas, mas a partir de termos que salientavam traços culturais específicos de seu grupo. Esses grupos eram inúmeros e se caracterizavam pela diversidade de línguas, de costumes, de práticas. No entanto, com a chegada do europeu, nativos americanos e africanos foram homogeneizados a partir de categorias que pressupunham uma noção de universalidade e pureza **racial**. Ao mesmo tempo, ao **ser negro** e ao **ser índio** foi contraposta a imagem do **ser branco**, tomado como parâmetro a ser seguido. Consequentemente, tudo o que não era branco, era considerado inferior. Sobre esse processo, o militante argelino Frantz Fanon comenta: “a inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia. Precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado” (2008, p. 90).

Do mesmo modo, nas hierarquias estabelecidas em função do gênero, são os essencialismos que prevalecem: à figura do **ser homem** (normalmente tomada em primeiro plano) é contraposta a imagem do **ser mulher**, partindo da premissa de que todos os homens e todas as mulheres têm entre si algo de semelhante. O critério para essa oposição se baseia sobretudo na diferença genital. Assim, mesmo antes do nascimento de uma criança, quando seus pais têm conhecimento da genitália que ela apresenta, seu eu é construído: presentes

são comprados, cores de roupa são escolhidas (rosa para menina, azul para menino), papéis sociais são definidos. Desse modo, quando assinalamos F ou M em um formulário (atentando para o fato de que, normalmente, é a letra M que aparece em primeiro plano), toda uma série de atributos é evocada: atributos relativos ao que se espera do ser mulher e do ser homem, como se a sexualidade humana pudesse ser plenamente elucidada a partir dessas duas letras.

A questão, no entanto, não é tão simples quanto parece, principalmente porque o gênero (o modo como o indivíduo se vê) nem sempre coincide com a genitália, as orientações sexuais são múltiplas e diversas, e homens e mulheres não são grupos homogêneos. E mais: ao contrário do que em algumas épocas e em alguns contextos se veiculou (e se veicula) como verdade, a mulher não possui um valor secundário em relação ao homem, e vice-versa. Hoje também se reconhece que **índios** e **negros** não são inferiores a **brancos**, ainda que discursos e práticas racistas do passado tenham contribuído para a naturalização dessa inferiorização. Do mesmo modo, percebe-se que não há uma homogeneidade entre os indivíduos considerados **índios**, **negros** e **brancos**, o que reforça que nossa compreensão de um indivíduo deve ir além da cor de sua pele e dos traços fenotípicos que ele apresenta. Assim, os discursos racistas e sexistas são colocados em xeque.

Neste contexto pós-moderno e pós-colonial, em que os binarismos e as relações de poder que eles evocam estão sendo constantemente problematizados, abre-se ainda espaço (como verificado nas narrativas *A vida dos animais*, *Aqui dentro há um longe imenso* e *Humana festa*) para o questionamento de outra forma de hierarquização: o especismo, ou seja, “o preconceito ou a atitude tendenciosa de alguém [frequentemente de um indivíduo humano] a favor dos interesses de membros da própria espécie, contra os de outras” (SINGER, 2010, p. 11).

Discursivamente o especismo pode ser verificado em afirmações acerca de uma suposta superioridade humana em relação aos demais animais, ou mesmo quando um indivíduo humano se serve do nome de uma espécie animal (ou mesmo do termo **animal**) com o intuito ofender outros indivíduos:

– Fuckin’ animal!

Megan lançou a Diogo um olhar de lâminas. Ele acabava de cometer o erro de sempre. Tinha chamado de animal um motorista infrator. Megan fez uma marca no bloquinho:

– Mais um ponto para mim.

– Desculpe, Megan, animal não é insulto, eu sei. Mas, na pressa de xingar, a gente não consegue escolher o vocabulário certo e acaba usando o reacionário. Megan suavizou a censura dos olhos, apertou-os no sorriso de namorada. Ela entendia. A maioria das pessoas demora para aprender coisas novas. E Diogo ainda tinha de trabalhar dobrado: falar inglês e evitar a linguagem especista ao mesmo tempo. (RHEDA, 2008, p. 7)

Já do ponto de vista das práticas humanas, são consideradas especistas ações que contribuem para a escravidão animal, ou seja, para o tratamento do animal não humano como propriedade passível de ser vendida, comprada, usada para o entretenimento, em esportes, em experiências em laboratório ou, ainda, como propriedade passível de ser transformada em alimento e em roupa.

A crítica ao especismo tem sido feita, ao longo das últimas décadas, sobretudo por teóricos e ativistas vegetarianos e veganos, sendo o livro *Libertação animal* (originalmente publicado em 1975), do professor Peter Singer, pioneiro neste sentido. Além disso, sua discussão por textos da literatura e pela indústria cultural tem se tornado cada vez mais frequente. A percepção da urgência do tratamento do tema é frequentemente acompanhada pela consciência de que, “estariamos em terreno pouco firme caso reivindicássemos igualdade para negros, mulheres e outros grupos de seres oprimidos, negando, ao mesmo tempo, igual consideração a não humanos” (SINGER, 2010, p. 6). Isso porque “nosso interesse pelos outros e nossa prontidão em considerar seus interesses não devem depender da aparência ou das capacidades que se possam ter” (SINGER, 2010, p. 9).

O também professor vegano, Tom Regan, comenta a esse respeito que

[...] direitos morais nunca podem ser negados, justificadamente, por razões arbitrárias, preconceituosas ou moralmente irrelevantes. Raça é uma dessas razões. Sexo é outra. Resumindo, diferenças *biológicas* são razões deste tipo. Como, então, poderemos acreditar que *ser membro de uma espécie* marque um limite defensável entre os animais que têm e os que não têm direitos? Logicamente, isso não faz sentido. Moralmente, isso indica um preconceito *do mesmo tipo* que o racismo e o sexismo, o preconceito conhecido como especismo. (2006, p. 78, ênfase do autor)

Do ponto de vista crítico-literário, esses três preconceitos (racismo, sexismo e especismo) podem ser discursivamente desconstruídos, de forma a minimizar o estatuto marginal atrelado a indivíduos que fogem do paradigma branco, masculino, heterossexual e humano. É significativo aqui lembrar que, em *O animal que logo sou* (2011), livro que resulta de uma série de aulas ministradas por Derrida em 1997, o filósofo condena as atrocidades cometidas pelo homem em relação aos demais animais. Chega, em certo momento, a afirmar que

Ninguém mais pode negar seriamente e por muito tempo que os homens fazem tudo o que podem para dissimular ou para se dissimular essa crueldade, para organizar em escala mundial o esquecimento ou o desconhecimento dessa violência que alguns poderiam comparar aos piores genocídios (existem também os genocídios animais: o numero de espécies em vias de desaparecimento por causa do homem é de tirar o fôlego). Da figura do genocídio não se deveria nem abusar nem se desembaraçar rápido demais. Porque ela se complica aqui: o aniquilamento das espécies, de fato, estaria em marcha, porém passaria pela organização e a exploração de uma sobrevida artificial, infernal, virtualmente interminável, em condições que os homens do passado teriam julgado monstruosas, fora de todas as normas supostas da vida própria aos animais assim exterminados na sua sobrevivência ou na sua superpopulação mesmo. Como se, por exemplo, em lugar de jogar um povo nos fornos crematórios e nas câmaras de gás, os médicos ou os geneticistas (por exemplo, nazistas) tivessem decidido organizar por inseminação artificial a superprodução e supergeração de judeus, de ciganos e de homossexuais que, cada vez mais numerosos e mais nutridos, tivessem sido destinados, em um número sempre crescente, ao mesmo inferno, o da experimentação genética imposta, o da exterminação pelo gás ou pelo fogo. Nos mesmos abatedouros. (p. 52)

A aproximação estabelecida por Derrida entre os campos de concentração nazistas com os abatedouros não é, ao contrário do que se poderia pensar, despropositada. Isso porque o termo holocausto, antes de designar o processo de perseguição de judeus, homossexuais, deficientes mentais, entre outros, já aparecia, em um sentido bíblico, com o intuito de designar o sacrifício de animais (humanos e não humanos) por meio da cremação de seus corpos. Assim, já no livro do Gênesis, lemos: “E Noé

levantou um altar ao Senhor: tomou de todos os animais puros e de todas as aves puras, e ofereceu-os em holocausto ao Senhor sobre o altar” (BÍBLIA, 1993, p. 55). E adiante: “Deus disse [a Abraão]: “Toma teu filho, teu único filho a quem tanto amas, Isaac; e vai à terra de Moriá, onde tu o oferecerás em holocausto sobre um dos montes que eu te indicar”” (BÍBLIA, 1993, p. 67).

No século XX, por sua vez, o termo, que a princípio não se aplicava só a seres humanos, é recuperado não mais para designar o sacrifício de corpos a Deus, mas o massacre cruel liderado por Adolf Hitler. Na fala de Derrida, contudo, as inseminações artificiais, a superprodução, a matança desenfreada e as alterações genéticas infringidas aos animais não humanos, tornam esses holocaustos animais contemporâneos práticas ainda mais cruéis, devendo, portanto, na visão do filósofo, serem descontinuadas. Aqui cabe uma observação: numa tentativa de difamar o vegetarianismo, há quem se refira ao suposto vegetarianismo de Hitler. No entanto, esse homem que não demonstrou respeito por outros seres humanos, não alterou sua alimentação em respeito aos animais não humanos. Seu médico havia lhe receitado uma dieta vegetariana a fim de melhorar sua saúde. Contudo, essa recomendação não era de fato seguida por Hitler, que costumava pedir que sua cozinheira Dione Lucas, autora do livro *Gourmet Cooking School Cookbook* (1982), preparasse seu prato favorito: *Squab* recheado (um filhote de pombo domesticado e de carne escura).

O ponto fulcral do discurso de Derrida, em *O animal que logo sou*, está, porém, na afirmação de que a hierarquia entre as espécies é estabelecida pela linguagem humana. E, com o intuito de ilustrar essa premissa, o filósofo serve-se do discurso bíblico, mais precisamente do livro do Gênesis, para demonstrar que, por trás do ritual adâmico de nomear as outras espécies, há uma tentativa do homem de ser como Deus. Assim, se Deus ao criar o mundo, o fez por meio da palavra, é por meio da palavra que o homem tentará constituir-se como indivíduo privilegiado, capaz de feitos mais grandiosos que os demais animais. E, além disso, é pela palavra que o homem erroneamente pensará o **ser humano** em oposição ao **ser animal**, numa tentativa de apagar as semelhanças que o aproximam de outros seres sencientes. Questionando ainda filósofos como Aristóteles, Lacan, Descartes, Kant, Heidegger e Levinas (que afirmaram em consenso que os animais não humanos são privados da linguagem, ou, mais precisamente, da

resposta), Derrida afirmará que eles possuem, sim, uma linguagem e são capazes de responder; no entanto, essa resposta não deve ser considerada a partir de um padrão humano.

Servindo-se também de um discurso desconstrucionista, a romancista estadunidense Alice Walker critica o antropocentrismo na fala que serve de epígrafe para este artigo. Sendo mulher, negra, bissexual e vegana, a autora defende um tratamento igualitário de todos os indivíduos, independente de seu sexo, de sua cor, de sua orientação sexual, e do fato de se tratar de um animal humano ou não. Ao equiparar, na epígrafe exposta, racismo, (hetero) sexismo e especismo, Walker realiza uma leitura bastante semelhante à desenvolvida pelo professor estadunidense Gary Francione (2010). No pensamento desse abolicionista:

Assim como rejeitamos o racismo, o sexismo, o preconceito contra as pessoas de idade e o heterossexismo, rejeitamos o especismo. A espécie de um ser senciente não é razão para que a proteção a esse direito básico seja negada, assim como raça, sexo, idade ou orientação sexual não são razões para que a inclusão na comunidade moral humana seja negada a outros seres humanos.

Desse modo, se os abolicionistas do passado foram assim chamados por não concordarem com a percepção do homem como propriedade passível de ser vendida, torturada e castigada segundo as vontades de seus donos, na atualidade, o entendimento desse termo se amplia, abarcando também os indivíduos que se opõem ao tratamento dos animais não humanos como propriedade, e que chamam por sua libertação.

Segundo Singer, essa atitude libertadora requer que sejamos capazes de “assumir a responsabilidade por nossa vida”, tornando-a “o mais isenta possível de crueldade. O primeiro passo é cessar de comer animais” (2010, p. 233). Ainda segundo o pesquisador:

Tornar-se vegetariano não é um gesto meramente simbólico. Nem é uma tentativa de nos isolar das horrorosas realidades do mundo para nos manter puros e, portanto, sem responsabilidade diante da crueldade e da carnificina que acontecem em todas as partes. Tornar-nos vegetarianos é um passo prático e eficaz para acabar tanto com a matança como com a imposição de sofrimento a animais não humanos. (SINGER, 2010, p. 235-6)

Reconhecendo igualmente a importância da recusa de uma alimentação baseada em carne de animais como fundamental para uma atitude anti-especista, Gary Francione propõe, por sua vez, o veganismo como “*o princípio da abolição aplicado à vida pessoal*. O consumo de qualquer tipo de carne (vaca, ave, pescado, etc.), de laticínio e ovo, e todo uso de animais para roupas e quaisquer outros produtos, são incompatíveis com a perspectiva abolicionista” (FRANCIONE, 2010, minha ênfase). Isso porque nega aos animais não humanos o direito de liberdade em relação ao próprio corpo e à própria vida. Eis, então, a razão, pela qual a presença de protagonistas veganos ou vegetarianos, nas três narrativas contemporâneas analisadas neste artigo, revelem-se como procedimentos significativos para o questionamento, via literatura, de práticas especistas.

Assim, em *A vida dos animais* (2002), do sul-africano J. M. Coetzee, o holocausto animal contemporâneo é denunciado como uma prática de violência ainda maior do que o holocausto judeu, de forma semelhante à exposta por Derrida em *O animal que logo sou*. Todavia, o uso do corpo animal como alimento adquire um tratamento mais enfático na obra de Coetzee, como pode ser verificado quando a protagonista Elisabeth Costello apresenta como um absurdo o fato de corpos mortos irem para as geladeiras em vez de serem enterrados:

Vou falar abertamente: estamos cercados por uma empresa de degradação, crueldade e morte que rivaliza com qualquer coisa que o Terceiro Reich tenha sido capaz de fazer, que na verdade supera o que ele fez, porque em nosso caso trata-se de uma empresa interminável, que se auto-reproduz, trazendo incessantemente ao mundo coelhos, ratos, aves e gado com o propósito de matá-los.

E minimizar, dizer que não há comparação, que [o campo de concentração de] Treblinka foi de certa maneira uma empresa metafísica dedicada a nada além da morte e da destruição, enquanto a indústria da carne, em última instância, se dedica à vida (pois, afinal, não reduz suas vítimas a cinzas, já que, uma vez mortas, nem as enterra, mas, ao contrário, corta-as em pedaços, coloca-as no refrigerador e as empacota para que possam ser consumidas no conforto de nossos lares) é consolação tão pequena para as vítimas como teria sido, perdoem o mau gosto do que vou dizer, pedir aos mortos de Treblinka que desculpassem seus assassinos, porque sua gordura corporal era necessária para fazer sabão e seus cabelos para estofar colchões. (p. 26-27)

O que se evidencia, neste fragmento, é a crítica à naturalização do corpo animal como alimento e como propriedade. Costello busca, com o auxílio das palavras, romper essa cadeia de normalidade, de modo a intervir pelas vítimas da indústria da pecuária. Como afirma Tom Regan (2006), aprender como são criados os animais destinados à alimentação, funciona como uma importante contribuição para a expansão de nossa consciência animal, de forma a que lutemos para que haja mais jaulas vazias, e não jaulas maiores.

A verdade nua e crua é que a grande maioria desses animais, literalmente *bilhões* deles, sofrem cada um dos minutos em que estão vivos. Fisicamente, estão debilitados por epidemias e enfermidades crônicas. Psicologicamente, estão massacrados pelos efeitos cumulativos da desorientação e da depressão. Vistos à distância, podem parecer os animais sobre os quais todos lemos nos livros ilustrados da nossa infância. Vistos do lado de dentro, nas presentes circunstâncias, são sombras trágicas e patéticas de seus robustos antepassados. É notável que, apesar de tudo, a integridade dos seus seres permanece, esperando ser libertada. (REGAN, 2006, p. 186)

A obra de Coetzee é marcada por uma estratégia narrativa bastante inusitada. Ao ser chamado para proferir duas palestras na Universidade de Princeton sobre algum tema que julgasse pertinente, Coetzee optou por escrever duas narrativas – “Os filósofos e os animais” e “Os poetas e os animais” – que abordam fatos envolvendo a vida de uma romancista ficcionalmente inventada (Elisabeth Costello), vegetariana como o autor, que, tendo sido convidada para apresentar duas palestras na universidade em que o filho trabalha, decide falar sobre os direitos dos animais. Por meio dessa estratégia, em vez de apenas apresentar um discurso nos moldes acadêmicos, Coetzee problematiza a conturbada relação entre Costello e sua nora (por conta do vegetarianismo), além do mal-estar do filho diante dessa situação. A esses dois capítulos, seguem quatro artigos: da pesquisadora Marjorie Garber, do filósofo Peter Singer, da professora de religião Wendy Doniger e da primatologista Barbara Smuts. Desse modo, o que se tem no livro é um intenso debate sobre as vidas dos animais (humanos e não humanos) que, ainda que parta sobretudo de premissas literárias e filosóficas, abarca outros saberes.

Nos capítulos iniciais escritos por Coetzee, fica bastante nítido o desconforto da família de Costello e do meio acadêmico (no qual discursos e práticas especistas são frequentes) em lidar com alguém que se opõe à exploração animal, entendendo-se aqui a exploração animal como exploração de **todos os animais**, não apenas de cães e gatos. Ao almoçar na casa de seu filho, John Bernard, por exemplo, a protagonista percebe que sua chegada altera a rotina da casa, uma vez que as crianças comem em sala separada para que a avó não veja as porções de **carne** nos pratos. John e a esposa Nora, ambos onívoros, sentem-se também desconfortáveis em saber que Costello fará uma palestra sobre direitos animais na faculdade em que o filho leciona. John “não quer ouvir a mãe falar sobre a morte. Além disso, tem uma forte sensação de que a plateia, composta, afinal, principalmente por gente jovem, tampouco irá querer ouvir falar da morte, certamente ainda menos que ele” (COETZEE, 2002, p. 24). “Quanto a Norma, ela nunca hesitou em dizer que os livros de sua mãe são superestimados e que suas opiniões sobre animais, relações animais e relações éticas com os animais são inconsistentes e sentimentais” (COETZEE, 2002, p. 21).

A rejeição de John e de Nora das ideias de Elisabeth Costello provavelmente decorre do fato de que

Os opositores acham que direitos animais é uma ideia radical ou extrema, e não raramente rotulam os defensores dos direitos animais de “extremistas”. É importante entender de que forma esse rótulo é usado como instrumento retórico para evitar a discussão informada e justa; do contrário, aumentam as chances de não termos uma discussão com esses atributos. (REGAN, 2006, p. 12)

Assim, se, no decorrer de suas palestras, Elisabeth Costello demonstra ter um discurso com respaldo teórico e bem fundamentado, reiteradamente verifica-se, da parte de seu filho, uma percepção reprovadora. Para ele, o que ela diz não causa impacto, falta empolgação, não é bem argumentado. Em suma: “Ela não deveria estar ali” (COETZEE, 2002, p. 44). No fundo, provavelmente a ache “extremista” demais.

A esse respeito, é importante ainda se considerar que:

O fato de o público em geral tender a fazer uma imagem negativa dos ativistas dos direitos animais não resulta apenas do apetite da mídia pelo

sensacionalismo; deve-se também ao material de que a mídia se alimenta, fornecidos pelas relações públicas das grandes indústrias de exploração animal. Por “grandes indústrias da exploração animal” entenda-se: a indústria da carne, a indústria da pele, a indústria de animais para entretenimento e a indústria de pesquisa biomédica, por exemplo. As pessoas que trabalham nessas indústrias falam com uma só voz, contam a mesma história e usam as mesmas palavras para denegrir o seu inimigo comum: os extremistas dos direitos animais. (REGAN, 2006, p. 14)

A vida dos animais expõe que, também no meio acadêmico, é comum o estabelecimento de hierarquizações que levam em conta as espécies dos indivíduos, como verificado na afirmação “A melhor performance que os macacos superiores são capazes de apresentar não consegue ir além dos resultados de um humano com fala comprometida e severo retardo mental” (COETZEE, 2002, p. 74); ou ainda em: “Não acredito que a vida seja tão importante para os animais [não humanos] como é para nós” (COETZEE, 2002, p. 76). São dois exemplos de falas que procuram justificar a exploração, em diversos níveis e de diversas formas, dos animais não humanos por indivíduos humanos, a partir de uma perspectiva antropocêntrica. No entanto, como lembra Montaigne (citado por Elisabeth Costello): “Achamos que estamos brincando com o gato, mas como saber se não é o gato que está brincando conosco?” (COETZEE, 2002, p. 46).

Qual a razão da vergonha que sinto em estar nu diante de um gato nu? De estar nu diante desse ser que nem se vê como gato (terminologia humana), mas como um ser vivente? – Derrida (2011) se pergunta em *O animal que logo sou*. A seguir, acrescenta a ressalva: O gato não está nu porque já é nu. Só aquele que passou pela experiência do vestir-se pode passar pela experiência do nu. E por que o homem se veste? Para esconder sua culpa – eis a resposta. E mais uma vez o livro do Gênesis é retomado pelo pesquisador: após nomear os **outros animais que já estavam no mundo antes dele**, Adão desafia a ordem de Deus e, incitado pela mulher, Eva, ambos comem da fruta do bem e do mal oferecida pela **serpente**. Desse modo, o animal não humano, a princípio subjugado por meio da linguagem humana, torna-se também o responsável por despertar na humanidade o sentido de nudez. Silenciar, portanto, a resposta desses animais, é uma tentativa de não se deixar desnudar pelo seu olhar. É, ao mesmo tempo, uma tentativa de não reconhecer a importância da visão que outros animais

têm sobre o indivíduo humano, o que confirmaria seu não protagonismo no mundo.

A crítica derridiana ao antropocentrismo discursivo não implica, portanto, a recusa de que nós, humanos, atuemos como instrumento por meio do qual os outros animais possam se expressar. Pois, como lembra Derrida (2011),

[...] em me proibindo emprestar, interpretar ou projetar assim, devo ceder por isso a uma outra violência ou a uma outra besteira? A que consistiria em suspender a compaixão e em privar o animal de todo poder de manifestar, do desejo de *me* manifestar o que quer que seja, e mesmo de manifestar de alguma maneira *sua* experiência de *minha* linguagem, de *minhas* palavras e de minha nudez? (p. 40)

Em *Aqui dentro há um longe imenso*, de 2010, é essa a ótica adotada em um dos capítulos, intitulado “Um fugitivo”. O texto inicia-se com o relato de um indivíduo que reflete acerca de seu abandono pelos pais e de seu constante estado de prontidão em meio às surpresas que a vida nas ruas reserva. Em determinado momento lemos:

Meu pai, por exemplo.

Imagino que dele eu tenha herdado o prazer da aventura. Sei que não abandonou minha mãe por algum problema de caráter. É que muito na vida ainda acontece de um jeito ao qual o ser humano não está acostumado. Também não é do meu feitio ficar parado por muito tempo. Assim como ele, suponho, gosto de movimento, de xeretear, de testar meus limites.

Eu mesmo já devo ter deixado muito filho bastardo por aí...

Já minha mãe não podia ter me abandonado tão cedo. Ah, isso não. Na minha lembrança mais remota, eu já batalhava, sozinho e desajeitado, por minha própria sobrevivência. E logo descobri que poucas vezes dali em diante receberia a ajuda de alguém. Nasci na rua, sou da rua. Há coisas que não tem volta. (ORTIZ, 2010, p. 75)

Ao contrário da surpresa expressa no final do poema “O bicho”, de Manuel Bandeira – “O bicho, meu Deus, era um homem” –, nesse caso, a surpresa que a obra pretende provocar é outra. O indivíduo que a narrativa

parecia indicar ser um morador de rua, é de fato um morador de rua, mas que se afasta de uma imagem humana, visto tratar-se de um gato.

Como o fragmento acima possibilita constatar, as vivências e percepções de Preto (como será chamado pela ativista Lara, que o acolhe) não são completamente estranhas a nós. Há em meio aos humanos, pessoas que passam por experiências semelhantes às desse gato; todavia, entre nós e os gatos, há também diferenças que, conforme destaca esse narrador felino, devem-se ao fato de que “muito na vida ainda acontece de um jeito ao qual o ser humano não está acostumado” (ORTIZ, 2010, p. 75). Na visão de Francione (2008), contudo, apesar de haver muitas diferenças entre os seres humanos e os outros animais, há, pelo menos, uma semelhança importante, já reconhecida: a capacidade de sofrer. É isso o que torna os animais semelhantes entre si e nos distinguem de tudo o que não é senciente. Por conta disso, deveríamos considerar os interesses de todos os animais em não sofrer, evitando, assim, o sofrimento desnecessário.

Chama ainda atenção, na narrativa, o fato do animal descrito ser um gato sem raça definida, de cor preta, o tipo frequentemente mais repudiado pelos humanos. Isso porque, se a raça deixou de ser percebida como um meio de hierarquização biológica entre seres humanos, continua, por sua vez, sendo usada por humanos na mensuração do valor (inclusive econômico) de animais não humanos como gatos e cachorros, que se transformam em propriedade. À desvalorização econômica do gato mestiço, agregam-se, ainda, credices como “gato preto dá azar”, que contribuem para sua segregação. A adoção de Preto por Lara revela-se, neste sentido, um ato de amor e de respeito. Preto, para ela, não se configura como propriedade, passível de ser vendida ou comprada em *pet-shops*: é um ser vivo que, assim como ela, não deseja sofrer. Assim, o tratamento de animais não humanos como propriedade é mostrado, na obra, como “‘especismo da pior espécie’, tipo racismo, sexismo” (ORTIZ, 2010, p. 28).

Escrita por um grupo de seis escritores gaúchos (sendo Maria de Nazareth Agra Hassen vegana), *Aqui dentro há um longe imenso* (2010) mostra-se bastante atual ao incorporar a linguagem dos blogs, ao discutir a apropriação de fatos reais pela ficção (por meio dos recortes de manchetes de jornal expostos em seu início), ao expor os anseios e as inseguranças dos adolescentes, e ao tocar, de modo aprofundado, na temática ambiental. Além disso, destaca-se na obra o diálogo estabelecido com textos de autores consagrados como Graciliano Ramos, Affonso Romano de Sant’Anna, e

Cecília Meireles cujo *Romanceiro da Inconfidência* é evocado na epígrafe, mais precisamente por meio dos versos:

Liberdade – essa palavra,
que o sonho humano alimenta:
que não há ninguém que explique,
e ninguém que entenda! (Citado em ORTIZ, 2010, p. 3)

Se a liberdade destacada pela poeta era a reivindicada pelos inconfidentes, em *Aqui dentro há um longe imenso*, a perspectiva se desloca. Não se trata mais de pensar a liberdade enquanto atributo de uma nação, nem ao menos pensar a liberdade como um direito exclusivamente humano. Trata-se da liberdade compreendida como um direito de todas as espécies. Assim, logo no início do livro, ficamos, então, sabendo da tentativa de libertação de porcos organizada por Fabiano, Régis e Marcela:

Assim que os homens da fazenda foram embora, Ademar se aproximou dos três garotos e perguntou por que diabos queriam roubar porcos, TODOS os porcos, e o que fariam com eles – e não pareceu se convencer com a explicação confusa do trio:

– **Íamos libertá-los e foi o que fizemos.** Uns cem ou duzentos conseguiram sair.

– Mas por quê? Por vandalismo? Uns guris tão bem-criados...

– Que vandalismo, Ademar? A gente queria SALVAR os porcos!

Era impossível ao Ademar, criado nas grotas das grotas, muito mais grotado que ali, acostumado a torcer o pescoço de uma galinha por semana, cravar a faca em um porco por quinzena e em um boi por mês, entender que ideia passava pela cabeça de uns garotos que nem queriam roubar os porcos, mas falavam neles como se fossem cachorros ou animais em extinção... ou pior, como se fossem PESSOAS! (ORTIZ, 2010, p. 23-4, minha ênfase)

Animals as persons é, aliás, o título do livro de Gary Francione, no qual a definição da atitude abolicionista de Gary Steiner (no prefácio da obra) ajuda a compreender a fundamentação da atitude dos três garotos. Segundo Steiner (2008), os abolicionistas veem qualquer uso animal como uma violação de seu direito de não ser uma propriedade e concordam, entre si, que todos os usos de animais para satisfazer os desejos humanos

devem cessar. Por isso, na concepção dos três garotos, a ação de libertação dos porcos era uma forma de combater a violência descomunal diariamente praticada nas fazendas e pela indústria agropecuária.

Como explica Gary Francione (2008), a grande maioria dos animais é usada, pelo ser humano, com propósitos alimentares – apenas nos Estados Unidos, aproximadamente 10 milhões de animais são mortos anualmente em meio a este processo. A alegação de que sua carne é necessária à saúde revela-se, no entanto, inconsistente ao se analisarem os malefícios que os alimentos de origem animal causam à saúde humana (FRANCIONE, 2008).

Antes da ação em defesa dos porcos, os três garotos haviam tentado realizar ações contra a presença de animais em circos, a favor da libertação de pássaros em gaiolas e contra o uso de cobaias para experimentação científica. Além dessas formas de exploração animal elencadas (uso de animais como alimentos, transformação dos animais em artistas e transformação de animais em instrumentos), é possível ainda constatar, em nosso cotidiano, o uso de animais em roupas e a transformação de animais em competidores (é o caso dos rodeios, por exemplo), segundo categorização feita por Tom Regan (2006). Quando, todavia, Marcela e Régis se mudam de cidade, a ausência dos amigos vegetarianos tem um impacto no ativismo de Fabiano, que volta a se manifestar de forma mais evidente nos protestos contra a morte de baleias e golfinhos na área do Oceano Pacífico. É neste momento também que ele faz novos amigos, também ativistas.

Não surpreende, então, que sejam justamente manchetes sobre o sequestro de quatro ativistas que protestavam contra a caça às baleias que ocuparão as primeiras páginas de *Aqui dentro há um longe imenso*. Manchetes com notícias reais, que salientam que, embora se trate de uma obra de ficção, os problemas nela discutidos não são inventados. Se a literatura dialoga com o real, é para tentar nos apresentar certas possibilidades, para esclarecer alguns questionamentos ainda obscuros para nós, como, por exemplo: O que de fato motivou uma garota brasileira, dois rapazes brasileiros e um rapaz uruguaio a protestarem contra o baleeiro japonês? E ainda: Como essas vidas se encontraram?

Ficamos então sabendo, ao longo da narrativa, que Lara saiu de casa por não concordar com os resíduos tóxicos que a fábrica de seu pai despejava nos rios; Rodrigo havia brigado com seu pai quando descobriu que ele torturou e matou pessoas no período da ditadura brasileira; Fabiano é um ativista vegano que já promoveu várias ações contra os maus-tratos

dos animais; Pocho (o uruguaio) veio ao Brasil para fazer faculdade de Oceanografia e é filho de um homem que foi torturado durante a ditadura de seu país. Segundo o narrador: “Estavam todos motivados e certos de que, em alguns dias, teriam vencido os assassinos de baleias” (ORTIZ, 2010, p. 70). Aos quatro adolescentes e ao gato Preto, se junta depois Kali, garoto africano que fugiu de sua aldeia por não ter conseguido caçar uma presa e temia ser castigado por isso.

Se a visão abolicionista na obra é, a princípio, mais evidente em Fabiano, no decorrer da narrativa, nota-se a mobilização das demais personagens a favor dos direitos dos animais não humanos. Nesse sentido, a mudança do nome de Kali para Uhuru, no final da obra, é ilustrativa, pois não se trata de uma mera mudança de nome, mas de atitude:

Só agora ele entende que não precisava matar o leão. Kali está sereno, sabe que é um grande guerreiro prestes a se juntar aos ancestrais. Sente orgulho de ter fugido do baleeiro, de não ter matado nenhum animal. Na sua terra, “Kali” significa “feroz”. Mas quando um grande guerreiro parte ao encontro dos ancestrais, pode mudar de nome. Não quer mais, dali por diante, que o chamem de Kali.

– Uhuru – interrompe Kali. – Agora me chamo Uhuru!

– Não entendi – diz Pocho.

– Liberdade. Uhuru quer dizer “liberdade”.

– Libertad! – comemora Pocho, dando um soco no ar. (ORTIZ, 2010, p. 95)

Afinal, como afirmara Fabiano, “vivemos tomando decisões e respondendo por elas. Mas a melhor decisão que podemos tomar é libertar. Libertar-se até dessa liberdade que, por ser tão pesada, parece mais uma prisão” (ORTIZ, 2010, p. 71).

Liberdade é também o ideal que norteia *Humana festa* (2008), de Regina Rheda, o primeiro romance brasileiro a tratar do veganismo. Ambientada no Brasil e nos Estados Unidos, a obra possui como protagonistas Megan (estadunidense) e Diogo (brasileiro), ambos veganos. Além do abolicionismo animal, há outros temas de igual importância contemplados em suas páginas: a descoberta de um câncer pela protagonista Megan, a complexidade da sexualidade humana (a mãe de Megan, Sybil teve, ao longo de sua vida, namorados e namoradas, já o irmão gêmeo de

Diogo, Diego, se define como gay) e a imposição de padrões de beleza que culminam, por exemplo, na bulimia de Vanessa, prima de Diogo.

Este romance traz como epígrafes a fala de Alice Walker também tomada como epígrafe para este artigo, além da seguinte citação do poeta vegetariano Percy Bysshe Shelley: “Que nunca mais sangue de ave ou besta/ Com seu veneno manche humana festa/ Ao puro céu em denúncia fervente” (RHEDA, 2008, p. 5). Colocadas juntas, enfatizam a obra como espaço de denúncia de práticas especistas cotidianamente observadas, ao mesmo tempo em que traduzem o desejo de Rheda, também vegana, de que a exploração animal cesse o quanto antes. Tradutora oficial dos textos de Gary Francione para a língua portuguesa, Regina Rheda é também a responsável pela tradução, para nossa língua, de *Janlas vazias*, de Tom Regan, o que a coloca como uma das mais importantes divulgadoras do abolicionismo animal no Brasil.

Nas cenas do romance ambientadas nos E.U.A., o destaque está nas relações de Megan com o mundo que a cerca: seu relacionamento com o atual namorado Diogo (atualmente morando em seu país), com o ex-namorado, River (ativista que segue a linha do crudivorismo vegano), com a mãe, Sybil, e com os gatos pretos que ela adotou, bem como com o padrasto Bob (que se diz vegano, mas mistura alimentos de origem animal em sua comida e na da esposa, sem que ela saiba):

– Desculpe, amor. Compreendo sua dor e sua decepção. Ver a mãe tão adorada ser traída assim, pelo marido... – Megan baixou o som dos soluços. A voz de Diogo soou-lhe mais clara: – Ver um exemplo de estilo de vida feminista e vegano ser sabotado assim, na cozinha...

A moça parou de chorar. Voltou para Diogo um rosto ávido:

– Marido? Sabotagem na cozinha? Quer dizer que o traidor é Bob? Ele anda metendo salsicha, manteiga e creme de leite na comida da mamãe? (RHEDA, 2008, p. 79)

O repúdio à atitude de Bob no fragmento acima transcrito talvez seja entendido por leitores não veganos como um exagero da parte de Sybil, de Megan e de Diogo. Afinal, a **mera** inclusão de alguns poucos elementos de origem animal nas refeições não é algo tão problemático. Será? Como argumenta Sybil, 95% dos animais não humanos que são presos e assassinados por humanos, destinam-se à alimentação. Eis, portanto, a razão pela qual “o aspecto central da luta abolicionista tem de ser a ênfase

na dieta” (RHEDA, 2008, p. 122). Referindo-se, por sua vez, aos defensores de animais que seguem uma linha abolicionista, o professor Tom Regan (2006) comenta:

Quando se trata da questão ética de transformar animais em comida, a posição dos defensores dos direitos animais é ao mesmo tempo simples e clara. Temos a obrigação de parar de comer corpos de animais (“carne”) assim como temos a obrigação de parar de comer “produtos animais”, como leite, queijo e ovos. A produção animal comercial não é possível sem a violação dos direitos dos animais criados em granjas, incluindo a violação do seu direito à vida. Mais fundamentalmente, a produção animal comercial viola o direito dos animais a serem tratados com respeito. **Nunca há justificção** para os nossos atos de ferir corpos, limitar a liberdade ou tirar a vida dos animais que nós, seres humanos, teremos com isso, mesmo na hipótese de que tenhamos mesmo. (p. 126, minha ênfase)

É esta mesma consciência de que os animais não humanos merecem respeito que faz com que Megan repudie a coleção de corpos mortos que o Doutor Stanley ostenta nas paredes de seu consultório e que também a motiva a participar, com River e com Diogo, de um protesto contra a caça de animais: “Num cartaz se lê Pela Abolição da Caça e de Toda a Exploração Animal. No outro Veganismo Contra o Sadismo dos Caçadores. O terceiro diz Matar é Devastar, Ser Vegano é Conservar” (RHEDA, 2008, p. 331-332). Assim como o teórico Tom Regan, esses três ativistas acreditam que “Ter prazer em matar alguém não é algo de que ser humano algum possa se orgulhar” (2008, p. 185).

Já as cenas do romance ambientadas no Brasil são dedicadas à narração da visita de Megan e Diogo aos pais do rapaz, fazendeiros que pertenciam “à elite exploradora de vacas e porcas em um país em desenvolvimento” (RHEDA, 2008, p. 65). Destacam-se, nesse momento, os desafios dos pais de Diogo para montar um cardápio vegano e o incômodo dos namorados por estarem em um lugar em que ocorrem as mortes dos indivíduos que defendem. Também, em meio a este cenário, ficamos sabendo que Dona Orquídea, mãe de um dos funcionários da fazenda, é uma grande defensora dos animais não humanos. Apesar de não conhecer terminologias como vegetarianismo e veganismo, ela não vê sentido em comer indivíduos de outras espécies. Do mesmo modo, soam estranhos

para ela, determinados discursos preconceituosos (visto que especistas) sobre animais como os porcos. Como o narrador expõe:

Porcos são animais nojentos que gostam de viver mergulhados no próprio cocô e comem tudo que ninguém mais quer comer, misturado à água suja que ninguém mais quer usar. Isso era o conhecido e propagado. Mas, em segredo, dona Orquídea especulava sabenças diferentes. Imaginava que se Mortandela [sic], Jatobá, Nuno e todos os outros pudessem viver livres, na mata, fariam cocô e xixi longe de seus ninhos e sua comida. Para ela, a idéia de que os animais com olhos de gente gostavam de viver em excrementos carecia de tanto bom senso quanto a de que seres humanos gostassem de comer animais imundos como porcos de chiqueiro. Mas que sabia dona Orquídea? Não sabia coisa nenhuma, não mandava em si mesma. Os homens e as mulheres da fazenda, empregados e patrões, gostavam tanto dos pratos feitos com animais imersos em merda que chegavam até a celebrar o nascimento do próprio Menino Jesus com leitão a pururuca, farofa de lingüiça e presunto tender.

[...] O sofrimento dela, e que Deus lhe perdoasse mais uma idéia torta, de certa forma era maior que o de Cristo, porque se repetia todos os anos. Ela prendia o cabelo com um lenço embebido em seiva de alfazema para disfarçar o cheiro de sangue e ia cortar as carnes com nojo, horrorizada pela gritaria dos animais atacados e as risadas dos homens de porretes e facões na mão. (RHEDA, 2008, p. 84-5)

Dona Orquídea é uma das personagens mais significativas da narrativa. Por meio dela fica claro, por exemplo, que o vegetarianismo e o veganismo não são elitistas, e não exigem um maior gasto financeiro, ao contrário do que falsamente se propaga. É, aliás, Dona Orquídea quem prepara a comida de Megan e Diogo durante a estada de ambos no Brasil. É ela também que questiona os empregados que querem roubar os porcos para comê-los. Segundo Dona Orquídea, esse procedimento não tem valor algum, pois assim, condena-se a exploração do homem pelo homem, mas a exploração do animal não humano pelo animal humano continua. Desse modo, faz-se necessário pensar em novas formas de intervenção.

Assim é que, com a ajuda do filho, Zé Luiz, e da cunhada, Doralice, Dona Orquídea organiza uma ação para resgatar os porcos da fazenda em que o filho trabalhava. No jornal *O Correio Perobinha-Campense*, Doralice não

é referida, ficando seu nome também de fora nos depoimentos dados à polícia; Dona Orquídea e Zé Luiz, por sua vez, são mostrados como criminosos.

Nas palavras de Francione (2008), a humanidade sofre de um tipo de esquizofrenia moral que não a permite considerar seriamente os interesses de animais não humanos. Partindo da noção equivocada de que animais são propriedade, os seres humanos frequentemente levam mais em consideração seus interesses como proprietários do que os interesses dos outros animais. Eis, portanto, a razão pela qual a ação de resgate liderada por Dona Orquídea é, pela grande maioria das pessoas, considerada um grande problema. Contudo, a libertação animal só se torna um grande problema se se levar em conta uma perspectiva humana especista. Para os abolicionistas, pelo contrário, a liberdade é a meta.

Assim, em *Humana festa*, é por meio de embasamentos abolicionistas que Regina Rheda propõe a desnaturalização da exploração de animais não humanos, de modo a que eles não sejam percebidos como propriedades. Para tanto, mostra a exploração animal a partir da ótica de personagens veganos como ela e, com isso, busca romper os estereótipos que cercam o vegetarianismo/veganismo. Sua luta, portanto, não é contra os humanos, mas a favor do esclarecimento de todos. Afinal, como pensa Diogo com seus botões, “Na cozinha [também] se faz política” (RHEDA, 2008, p. 65) e, se “cozinhar animais é fazer a política despótica do especismo” (RHEDA, 2008, p. 65), mais do que nunca se faz necessária a mudança.

Considerações finais

Se em textos literários do passado já era possível verificar a denúncia das atrocidades cometidas em relação a escravos negros e indígenas, de igual modo, a produção literária do presente se mostra cada vez mais comprometida com a denúncia de outras formas de escravidão, como se verifica em obras como *Humana festa*, *Aqui dentro há um longe imenso* e *A vida dos animais*. Todas essas narrativas, elegendo como protagonistas personagens motivados por novos ideais abolicionistas, destacam a necessidade de que

a violência cometida contra os animais não humanos cesse o quanto antes, já que o prazer do homem não justifica o sofrimento de qualquer espécie.

Escritas por autores ligados ao vegetarianismo/veganismo (Regina Rheda é vegana e abolicionista, John Maxwell Coetzee é vegetariano e Maria De Nazareth Agra Hassen, uma das integrantes do grupo Osseis de Poá, é vegana), essas três obras criticam veementemente a banalização com que a exploração dos animais não humanos é diariamente tratada, ao mesmo tempo em que destacam as implicações ambientais negativas ligadas à criação de gado, porcos e galinhas para o consumo humano. Assim, assumindo um discurso combativo, comprometido com o propósito de desnudar o processo de exploração animal, o que se busca é um repensar de certas atitudes tidas como inofensivas, pois se acredita que só assim será possível acabar efetivamente com a escravidão animal. Dito em outras palavras: vislumbra-se nessas obras a crença de que a informação é capaz de libertar.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA Sagrada. São Paulo: Editora Ave-Maria, 1993.

COETZEE, John Maxwell. *A vida dos animais*. Trad. Maria de Fátima St. Aubyn. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

DERRIDA, Jacques. *O animal que logo sou*. Trad. Fábio Landa. São Paulo, Editora UNESP, 2011.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRANCIONE, Gary. *Animals as persons*. New York: Columbia University Press, 2008.

_____. “Os 6 princípios da abordagem abolicionista dos direitos animais”. In: *Direitos animais: abordagem abolicionista*. Trad. Regina Rheda. Disponível em: < http://francionetraduzido.blogspot.com.br/2010/01/sobre-o-site_2144.html>. Acesso em: 15 ago. 2011.

LUCAS, Dione. *Gourmet Cooking School Cookbook*. New York: Bonanza Books, 1982.

MONTAIGNE, Michel de. *Os ensaios*. Trad. Rosemary Costhek Abilio. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ORTIZ, Airton, et al. *Aqui dentro há um longe imenso*. São Paulo: Saraiva, 2010.

REGAN, Tom. *Jaulas vazias*. Trad. Regina Rheda. Porto Alegre: Lugano, 2006.

RHEDA, Regina. *Humana festa*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SINGER, Peter. *Libertação animal*. Trad. Maria de Fátima St. Aubyn. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

STEINER, Gary. "Foreword". In: FRANCIONE, Gary. *Animals as persons*. New York: Columbia University Press, 2008.

Isabelita Maria Crosariol

Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora Assistente do Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté (UNITAU).

Artigo recebido em 22 de setembro de 2013.

Artigo aceito em 9 de novembro de 2013.